

Capítulo 2

A Noção de Eu

Certa manhã, quando Gregor Samsa abriu os olhos, após um sono inquieto, viu-se transformado num monstruoso inseto. De costas ficou e ele as sentia duras como couraça. Ergueu levemente a cabeça e viu que o seu ventre estava grande, curvo, castanho e dividido por profundos sulcos. A colcha não se sustinha sobre o convexo abdômen e escorregava para o chão. As pernas não eram duas mas inúmeras, lamentavelmente finas e agitavam-se sem que pudesse contê-las.

“ - Que diabo terá me acontecido?” - perguntou-se. Pesadelo não seria.

(...)

“Que tal”, pensou, “ se eu dormisse mais um pouquinho e me esquecesse de todos esses absurdos?”

Franz Kafka

A metamorfose (1915, p.25).

Nesse capítulo desejamos nos deter um pouco mais sobre a relação que a instância do eu possui com o conhecimento. O fragmento de Kafka nos auxilia a pensar sobre essa questão. Se realizarmos um esforço para nos imaginarmos na situação descrita pela história, como seria, então, a nossa vida se diariamente fosse necessário realizar uma confirmação de que somos o que somos? Como podemos ter certeza de que o que conhecemos corresponde à verdade? Na história, Gregor Samsa se detém um bom tempo questionando-se sobre a estranheza do ocorrido e tentando reconhecer a si mesmo como aquele que havia deitado para dormir na véspera.

O conto de Kafka avança sobre um terreno de completo estranhamento de si e posteriormente de perplexidade em relação ao seu semelhante, que o rejeita e o afasta. Mas o que seria responsável por esse reconhecimento?

A instância idealizada por Freud que realizará esse processo recebe o nome de *eu*. O conhecimento que temos de nós mesmos é determinado por essa instância psíquica, por isso, necessitamos nos dedicar a ela.

Estamos realizando este percurso para compreensão da proposição de que todo conhecimento seja paranóico. Para que seja possível avançarmos em nossa

pesquisa, necessitamos compreender os motivos pelos quais o conhecimento depende do *eu*.

2.1 – Os caminhos da formação do eu e o narcisismo

O conceito de *eu*, antes da formalização do conceito de narcisismo em 1914, ainda não havia sido desenvolvido de forma mais sistemática. Até então, em muitos momentos, os termos “eu”, “consciência” e “personalidade” eram colocados como se fossem equivalentes¹, o que só após o artigo sobre o narcisismo e mais ainda com a elaboração da segunda tópica foi melhor esclarecido².

Se, como já dissemos, o conhecimento está ligado à consciência e sabemos que o *eu* é, fundamentalmente, a sede da consciência, então é preciso compreender como ocorre a fundação do *eu*.

O artigo sobre o narcisismo se inicia com a observação de que tal termo já vinha sendo usado para designar a atitude em que uma pessoa tratava a si mesma como objeto sexual. Contudo, Freud constatou alguns aspectos desse comportamento narcísico em outras perturbações. Este fato o conduz a se questionar se a libido voltada para o *eu* (que nesse momento, ele designa de narcisismo, como termos sinônimos) não estaria presente no desenvolvimento normal do ser humano. A idéia de um amor endereçado ao eu em detrimento dos objetos foi reforçada pelo estudo das psicoses, sob a ótica da libido, uma vez que seus enfermos apresentavam duas características fundamentais: o delírio de grandeza (ou megalomania) e a falta de interesse pelo mundo externo³.

A partir da psicose veremos o empenho de Freud para realizar uma primeira diferenciação entre um narcisismo inaugural (primário) de um narcisismo secundário. O que seria isso? Por narcisismo primário, Freud designou um estado em que haveria um investimento libidinal no *eu*. Por narcisismo secundário, ele postulou o retorno ao *eu* de investimentos anteriormente dirigidos aos objetos. Ele observou esse fenômeno, sobretudo, no caso da megalomania.

Um outro exemplo dado por Freud acerca do direcionamento da libido dos objetos em direção ao *eu* proveio de suas observações sobre povos primitivos. Alguns

¹ Encontramos a esse respeito um comentário no dicionário de psicanálise de Roudinesco e Plon (1998, p.141) no tópico que estuda a defesa.

² Será no próximo subitem que iremos desenvolver as questões ligadas à segunda tópica.

³ Estudamos essa questão no capítulo anterior, no tópico que falava de Freud e das psicoses.

elementos relacionados a esses povos, se tomados isoladamente, se assemelhariam a delírios de grandeza (investimento libidinal no *eu*). Observou ser freqüente uma:

(...) superestima do poder de seus desejos e atos mentais, a 'onipotência de pensamentos', uma crença na força taumatúrgica das palavras, e uma técnica para lidar com o mundo externo — 'mágica' — que parece ser uma aplicação lógica dessas premissas grandiosas (Freud, 1914, p. 83).

A partir desse comentário poderíamos indicar que o *eu* pode ser considerado uma unidade que permite o acesso ao conhecimento, principalmente pelo modo como ele é constituído.

Se em um primeiro momento ainda não há um *eu* formado, pois há o predomínio do auto-erotismo, como será a operação pela qual ocorre a fundação do *eu*? Freud postula que inicialmente não haveria no aparelho psíquico uma instância constituída como um *eu*. Ele afirma que:

(...) posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo — uma nova ação psíquica — a fim de provocar o narcisismo. (Freud, 1914, p.84).

Essa nova ação, necessária ao narcisismo, seria o nascimento do *eu*. O que seria essa nova ação psíquica de que Freud fala aqui?

Essa nova ação psíquica é o que permite a saída da criança da fase denominada auto-erotismo, onde esta é dominada por pulsões sexuais que se satisfazem em fragmentos de seu próprio corpo, não tomado ainda como uma unidade. Nenhuma relação com objeto existe nesta fase, pois como não existe ainda o *eu*, enquanto unidade imaginária corporal, não são possíveis relações com objetos. Como já se assinala desde de 1905 em "Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade", o investimento objetual somente é possível quando essas pulsões sexuais parciais se unificam sob o primado da genitalidade. Para que estas se unifiquem um processo é realizado, denominado como narcisismo. Este processo, amplamente desenvolvido por Freud em 1914, é inteiramente efetuado a partir do investimento libidinal do outro, sobretudo, dos cuidadores da criança.

O bebê, ao receber destes um investimento libidinal, torna-se aos poucos capaz de executar a ação específica, que depende do outro, necessária à satisfação de suas necessidades primárias, fazendo-o abandonar as satisfações características do auto-erotismo. A dependência inicial do bebê já havia sido explicitada no *Projeto*

para uma *psicologia científica* (1895), onde Freud observa a posição desvantajosa em que se encontra o ser humano, o desamparo:

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais. (Freud, 1895, p.370).

Deste modo, a formação do *eu* reside invariavelmente nos investimentos vindos do mundo externo, através do outro.

Voltando ao texto de 1914, inicialmente Freud apresenta a célebre fórmula de “Sua majestade o bebê” para assinalar que o bebê recebe investimentos de pais amorosos num resgate de seus próprios narcisismos. Nesta etapa, a criança vive o que ele denomina de “eu ideal”, um eu que é amado por seus pais incondicionalmente. Por outro lado, os pais também revivem seus narcisismos, visando resgatar essa fase inicial de suas vidas. Por isso, Freud qualifica esse momento até de infantil, da parte dos pais. Trata-se de um narcisismo renascido dos pais. Em seguida ele vai diferenciar o que acontece ao bebê a partir ou após o momento de sua majestade o bebê, pois os ditames da realidade passam impor-se à criança.

Ao observar adultos, nota que os antigos anseios de grandeza infantis diminuem, o que faz Freud questionar o que foi feito da libido do *eu*. Ele vai mostrar que o sujeito elege um ideal, um ideal do *eu*, a partir do qual mede o seu próprio *eu*. A formação do ideal por parte do *eu* visa resgatar o amor verdadeiro que já foi desfrutado pelo *eu* na infância, sendo este o destino da libido do *eu* inicialmente concentrada no “eu ideal”. Esse segundo tempo seria a formação do “ideal de eu”, conceito que, posteriormente, será cunhado de supereu. Com isso, observa-se que a formação do *eu* a partir do narcisismo se constitui atravessado por diversos avatares.

Este processo de formação do *eu*, denominado narcisismo, pode ser observado em outros fenômenos da vida psíquica, por meio de “reedições” desta fase em que o *eu* é investido libidinalmente. O narcisismo secundário e o retorno da libido anteriormente investida em objetos ao *eu* permitem uma espécie de “reaparecimento” desta fase em etapas posteriores da vida do sujeito.

Por isso, no texto sobre o narcisismo Freud se remete bastante às psicoses. Tanto quanto retoma a discussão com Jung a respeito de sua conceituação da libido, sobretudo descrita no artigo sobre o caso Schreber, quanto no que diz respeito ao estudo dos sintomas psicóticos, caracterizados por um retorno ao *eu* dos

investimentos anteriormente realizados nos objetos. Para Freud o estudo das psicoses consistiria na principal via de acesso para o estudo do narcisismo, pois se trata de um meio de penetrar a psicologia do eu.

Os outros exemplos de retorno dos investimentos ao *eu* dados por Freud são a dor de dente, a escolha objetal narcísica, o estado de sono, quando a pessoa nada mais desejaria que dormir, bem como a hipocondria e a melancolia (Freud, 1914).

Interessante para nosso estudo é a observação feita por Freud a respeito do enamoramento a partir da escolha narcísica de objeto, que ele também usa ao estudar o caso Schreber. Freud observa que as pessoas realizavam escolhas a partir de uma identificação por apoio, suas pesquisas revelaram outro tipo de escolha, que ele não esperava encontrar, a narcísica:

Descobrimos, de modo especialmente claro, em pessoas cujo desenvolvimento libidinal sofreu alguma perturbação, tais como pervertidos e homossexuais, que em sua escolha ulterior dos objetos amorosos elas adotaram como modelo não sua mãe mas seus próprios eus. Procuram inequivocamente a si mesmas como um objeto amoroso, e exibem um tipo de escolha objetal que deve ser denominado 'narcisista' (Freud, 1914, p.94)

Freud explica que com suas afirmações ele deseja demonstrar que em todo ser humano há um narcisismo primário, que, eventualmente, pode manifestar-se em suas escolhas objetais. Ele resolve fazer um pequeno resumo para demonstrar as possibilidades de acesso ao amor. No primeiro caso, a criança escolheria pessoas ligadas aos seus cuidados e proteção (tipo apoio), e no segundo tomaria a si mesma como objeto de amor (tipo narcísico).

Segundo o tipo narcísico, portanto, uma pessoa ama:

1. O que se é (a si mesmo)
2. O que se foi
3. O que se queria ser
4. uma pessoa que fez parte de nosso passado

Já segundo o tipo apoio:

1. A mulher que a alimenta
2. O homem que a protege

De qualquer forma, sabemos que os diferentes modos de um investimento libidinal que se volta para alguém do mesmo sexo foram entendidos como definições de homossexualismo por Freud, mas estas definições se revelam insuficientes.

Muito embora a noção de identificação somente seja mais explicitada por Freud posteriormente, a função do ideal do eu já era assinalada desde 1914, apresentando-se tanto constituição do *eu* quanto da escolha objetal segundo o tipo de apoio ou anaclítica.

Mas de um modo geral, pode-se afirmar que a identificação na obra de Freud assumiu aos poucos um importante papel, consistindo na operação pela qual o sujeito, ao assimilar um aspecto ou atributo de outro, se constitui. Os efeitos do complexo de Édipo durante este processo são importantes para a sua compreensão, pois a identificação possui um caráter ambivalente, uma vez que impulsos carinhosos e hostis, oriundos do Complexo de Édipo, coexistem frente ao mesmo objeto. O menino se identifica com o pai, o toma como ideal, mas também desenvolve um investimento verdadeiro em relação à mãe. Com o declínio do Complexo, o investimento objetal é abandonado. Em seu lugar, ou ele se identifica com a mãe, ou intensifica sua identificação com o pai. Freud postula que a disposição sexual feminina ou masculina é o que determina em ambos os sexos se o desfecho do Édipo será uma identificação com a mãe ou com o pai. Esta ambivalência sofre a influência ainda do caráter originalmente bissexual da criança, demonstrada pela sua relação com os pais.

A partir da identificação a um outro e conseqüente elaboração do complexo de Édipo, bem como dos ideais dos pais que posteriormente se transformam nas leis e regras da sociedade, o sujeito dependerá integralmente daqueles que dele cuidam para estabelecer uma relação com o conhecimento do mundo. Esse ideal do eu, que, posteriormente, será conceituado por Freud como supereu, abarcará também o que normalmente chamamos de consciência moral, muito bem observada nos delírios da paranóia.

Para Freud, a paranóia é um bom exemplo de descrição para todos os casos universais dessa instância psíquica. Vejamos o que ele diz a partir da descrição do ideal de eu:

Não nos surpreenderíamos se encontrássemos um agente psíquico especial que realizasse a tarefa de assegurar a satisfação narcisista proveniente do ideal do ego, e que, com essa finalidade em vista, observasse constantemente o ego real, medindo-o por aquele ideal. Admitindo-se que esse agente de fato exista, de forma alguma seria possível chegar a ele como se fosse uma descoberta — podemos tão-somente reconhecê-lo, pois podemos supor que aquilo que chamamos de nossa 'consciência' possui as características exigidas. O reconhecimento desse agente nos permite compreender os chamados 'delírios de sermos notados' ou, mais corretamente, de sermos vigiados, que constituem sintomas tão marcantes nas doenças paranóides, podendo também ocorrer como uma forma isolada de doença, ou intercalados numa neurose de transferência. Pacientes desse tipo queixam-se de que todos os seus pensamentos são conhecidos e suas ações vigiadas e supervisionadas; eles são informados sobre o funcionamento desse agente por vozes que caracteristicamente lhes falam na terceira pessoa (...) (Freud, 1914, p.102).

O supereu indica que essa instância contribui para que o sujeito na paranóia projete no outro o que inicialmente seriam auto-recriminações:

As queixas feitas pelos paranóicos também revelam que, no fundo, a autocrítica da consciência coincide com a auto-observação na qual ela se baseia. Assim, a atividade da mente que assumiu a função da consciência também se coloca a serviço da pesquisa interna, que proporciona à filosofia o material para as suas operações intelectuais. Isso pode ter certa relação com a tendência, característica dos paranóicos, de formar sistemas especulativos. (Freud, 1914, p.103).

Deste modo, vimos como a constituição do eu relaciona-se com a noção de conhecimento, sobretudo pela função da auto-referência, presente em todos por meio do ideal e de forma mais particular na paranóia. Essa função do eu relacionada ao ideal do eu é mais desenvolvida a partir de 1920, com a formulação da segunda tópica freudiana, que trará para cena a noção de supereu.

2.2.– O eu e seus senhores

Acabamos de ver que o *eu* não está dado desde o início na existência humana, bem como observamos que ele se constitui por meio de diversos investimentos externos. O *eu*, portanto, é uma instância complexa. Segundo Freud: “Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ego” (Freud, 1923, p.30).

O *eu* não existe desde o início, por isso, após a sua completa formação, ele adquire várias funções, sendo que além de possuir uma parte consciente, possui outra inconsciente. A parte consciente do *eu* permite que o sujeito se relacione com os objetos externos por meio da percepção, realizando as operações de conhecimento. Se a parte consciente do *eu* é a que sustenta essa atividade consciente do *eu* de apreensão da realidade, qual seria a atividade de sua parte inconsciente?

Assim, o *eu* não é um elemento qualquer na vida psíquica de um indivíduo, por estar ligado à supervisão dos processos que ocorrem em uma pessoa e ao controle da censura que provoca posteriormente o recalque. A ligação que o *eu* possui com o recalque permite a Freud concluir que essa instância também possui uma de suas partes ligadas ao inconsciente. Essa suposição baseia-se na resistência que o *eu* produz ao se aproximar de conteúdos psíquicos que estariam recalcados, revelando um funcionamento análogo ao próprio recalque. Por essa razão, além do conteúdo consciente o *eu* também possui essa parte inconsciente.

Por outro lado, a parte consciente do *eu* consiste na apreensão dos eventos externos, ou seja, no conhecimento do mundo externo. O que encontramos a seguir, em “O Ego e o id” (1923), parece elucidar satisfatoriamente o objeto de nosso estudo:

Ora, todo o nosso conhecimento está invariavelmente ligado à consciência. Só podemos vir a conhecer, mesmo o inconsciente, tornando-o consciente. (Freud, 1923, p.33).

Freud ressalta que a superfície do aparelho psíquico é a consciência, sendo inclusive responsável pelos contatos com o mundo externo. Nota-se que o *eu*, então, além de permitir o acesso à consciência de conteúdos recalçados, relaciona-se com o mundo externo pela produção de um conhecimento que ocorre através da percepção.

Por essa razão escolhemos na introdução desse capítulo, a guisa de ilustração, o trecho do conto de Kafka a fim de ressaltar que apesar de o *eu* funcionar como uma forma, inclusive a única, de criar uma unidade corporal e de si mesmo, permitindo-o apreender a realidade, ainda assim, essa função egóica pode ser abalada, o que denuncia seu caráter imaginário. Quando Gregor Samsa acorda na forma de inseto, todo o conhecimento de si construído ao longo de sua história cai por terra. A sensação de perplexidade experimentada leva um bom tempo para ser assimilada por ele, pois é o seu próprio *eu* que é atingido. Vejamos o exemplo a seguir:

Gregor ficou horrorizado ao ouvir a própria resposta. Que era a sua voz, era. Saía, porém, misturada com um doloroso e incontido assobio, muito fino, fazendo com que as palavras, a princípio claras, perdessem a clareza, tornassem confusas a ponto de duvidar que pudessem ter sido entendidas. (Kafka, 1915, p. 30-31)

A cena descrita acima nos remete ao estudo realizado por Freud sobre as psicoses, que como foi ressaltado no artigo sobre o narcisismo, pode apresentar situações em que a percepção de si e do mundo, pois esta depende daquela, fique alterada. Como então explicar o que ocorre com Gregor Samsa? Se os pensamentos provêm do *eu*, como é possível experimentá-los como estranhos?

Temos outro exemplo, com o caso Schreber, quando ele afirma ser “mulher de Deus”, pois ao afirmar isso, ele realmente vivencia o seu corpo como feminino, o que denota uma alteração perceptiva. Portanto, vê-se que o *eu*, ao receber as percepções, dá também um sentido a elas, o que caracteriza a atividade do conhecimento. Nesses casos, observamos que o ato de dar sentido às percepções, ou seja, de conhecê-las pode vir a ocasionar um estranhamento, revelando que o conhecimento não corresponde diretamente a uma realidade independente dele.

Os fenômenos psicóticos revelariam assim de forma mais explícita este caráter auto-referente do conhecimento. Em outras palavras, nos delírios psicóticos evidenciase que apreendemos a realidade a partir de nosso *eu*. Como essa unidade não é dada desde sempre, mas é constituída na relação com o outro, ela, por sua vez, pode modificar-se, abalar-se, causando certo estranhamento. Por isso também, a psicose parece mostrar que o eu é, como postula Lacan, constituído pelo outro, pois as experiências de estranhamento revelam que seus pensamentos não são inteiramente seus, confundindo-se com os do outro.

Tais fenômenos típicos da paranóia revelam características do aparelho psíquico formuladas por Freud na segunda tópica. A partir desse momento em sua obra, Freud explicita uma instância no próprio *eu* que dele se difere, como se lhe fosse exterior; tal instância é denominada supereu. Tal instância visa resguardar os valores éticos a fim de proteger o indivíduo da ameaça de perda de amor do outro, do desamparo. Uma das funções do supereu é a consciência moral, que visa vigiar a obediência às normas ditadas pelo supereu. Por isso a paranóia oferece bons exemplos desta função psíquica presente em todos, seja nos delírios persecutórios, seja nas alucinações auditivas de injúria. Se na neurose, as reprimendas superegóicas manifestam-se na própria subjetividade, assinalando a divisão subjetiva, na psicose, elas são projetadas e atribuídas a uma outra pessoa, como no célebre caso de Lacan da mulher que ao se sentir uma porca porque vem do salsicheiro alucina a injúria porca⁴. Mais uma vez, vemos um fenômeno da paranóia demonstrar que por um lado, apreendemos a realidade por meio de uma auto-referência, por outro, essa própria auto-referência depende do outro, uma vez que o *eu* é constituído pelo outro.

O supereu enquanto uma diferenciação do *eu* seria assim aquela parte do *eu* que mais revelaria que este é constituído pelo outro, sendo, por isso, considerado por Freud como o herdeiro do complexo de Édipo, uma vez que se forma pela internalização dos interditos parentais. O resultado da fase dominada pelo Édipo é a formação desse precipitado no *eu* que só se estabelece em substituição aos vínculos sexuais ambivalentes que fixavam a criança aos dois aspectos do complexo. Por meio do supereu, se inscrevem na psique do sujeito as marcas de suas relações objetais. O supereu da criança se constrói a partir da identificação parental e por isso, a interiorização da autoridade parental lhe confere um papel interditor.

Ora, sabemos que na paranóia as recriminações e interditos são projetados no outro, de tal modo que o sujeito relaciona-se com o mundo externo por meio da auto-referência, ainda que o *eu* seja constituído pelo outro.

⁴ Este caso apresenta-se no Seminário 3 – As psicoses; (Lacan, 1955-56/2002, p.59-65).

Esta função superegóica no próprio *eu* é um dos motivos pelos quais Freud conclui que o *eu* está submetido a mais de um senhor. Primeiramente, o *eu* se desdobra em supereu, tendo que se submeter aos seus imperativos. Por outro lado, ele tem de obedecer também à realidade externa, pois a dominância do princípio da realidade – princípio que visa postergar a descarga psíquica de modo adequá-la às exigências do mundo externo (Freud, 1911) – caracteriza uma das funções do *eu*. Além disso, o próprio *eu* seria o resultado de uma diferenciação ocorrida na superfície do *isso*, instância onde se localizam as pulsões, estando também a ele submetido. O próprio fato de o *eu* ser formado por meio de um investimento libidinal denota ser ele constituído também pela pulsão. É justamente pelo fato de o *eu* ser uma superfície do *isso*, que Freud conclui que o *eu* possui também uma parte inconsciente. Justamente por possuir uma parte inconsciente encontramos as resistências no próprio *eu*, assinalando, ao mesmo tempo, a satisfação pulsional envolvida no sintoma, bem como a necessidade de manter tal satisfação inconsciente para o *eu*.

Do mesmo modo o mecanismo da projeção é também inconsciente, caracterizando um tipo de defesa psíquica, próprio da paranóia, mas que parece ser comum na constituição de todo sujeito em virtude do processo de formação do *eu*. Veremos agora como o *eu* se constitui nesse processo dual imaginário que tão bem se manifesta na paranóia.

2.3 Lacan e o estágio do espelho

*Eu não sou eu nem sou o outro, Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio. Que vai de mim para o outro.*
Mario de Sá-Carneiro, 1914.

Lacan nos apresenta, no texto “O estágio do espelho como formador da função do eu” (1949), a sistematização da hipótese freudiana apresentada em “Introdução ao Narcisismo” (1914). De um modo geral, Lacan explicita, por meio da análise do experimento de Wallon sobre o auto-reconhecimento da criança no espelho, como o *eu* surge a partir do outro, conforme Freud já assinalara no processo de narcisismo primário.

O psicólogo Henri Wallon observa que a criança somente gradualmente, por volta dos seis meses, torna-se capaz de reconhecer sua imagem no espelho. Tal fato é entendido por ele como a evidência de que a criança adquire consciência de seu próprio corpo e de suas funções corporais ao mesmo tempo em que toma consciência do meio ambiente e de seu meio externo como algo diferente de si mesmo. Assim, para alguém se identificar como um *eu* autônomo e coerente deve-se,

simultaneamente, distinguir-se dos objetos externos. A imagem da criança no espelho representa um paradoxo porque ao mesmo tempo em que está intimamente atrelada a sua experiência de si mesma está também situada como externa a ela.

O que Lacan tomou desse experimento de psicologia foi a importância do papel da especularização na construção do *eu* e da auto-consciência, bem como o fascínio experimentada pela criança diante de sua própria imagem. Levando em consideração estes dois pontos assinalados no experimento, Lacan formula o estágio do espelho.

Dito de outro modo, neste período, que Lacan considera como uma dramatização de como se estrutura o *eu* e se conquista uma unidade antes que uma fase desenvolvimentista, o sujeito começa a reconhecer sua imagem no espelho – que não precisa ser necessariamente um espelho, mas qualquer superfície refletora, como o rosto da mãe – experimentando um certo prazer nesse reconhecimento, um certo júbilo. Por meio deste reconhecimento da imagem no espelho como sua, a criança tenta, gradualmente, controlar e brincar com seus movimentos corporais, muito embora inicialmente possa confundir sua imagem com a realidade. A medida em que reconhece sua imagem dá a seu corpo uma forma total, formando uma imagem corporal unificada.

A imagem no espelho antecipa o domínio do corpo próprio da criança e permanece em contraste com o sentimento de fragmentação das experiências infantis do auto-erotismo, de um corpo fragmentado, antes que unificado. A criança identifica-se com a imagem no espelho. A imagem é ela. Essa identificação é crucial porque sem ela a criança jamais poderia perceber-se como um ser completo ou total. Contudo, a imagem é alienante, uma vez que a criança se confunde com sua imagem. Assim, o *eu* se constitui ao preço de ser um outro, que revela o quanto o sujeito se constitui a partir do outro. Aqui vemos Lacan corroborando o que já tínhamos observado no texto freudiano:

...o que a análise nos ensina, por outro lado, é que o eu é uma forma absolutamente fundamental para a constituição dos objetos. Em particular é sob a forma do outro especular que ele vê aquele que, por razões que são estruturais chamamos de seu semelhante. Esta forma do outro tem a mais estreita relação com seu eu, ela lhe pode ser superposta, e nós a escrevemos a´. (Lacan, 1954-1955, pág 307).

Para Lacan, o *eu* emerge nesse momento de alienação e fascínio com sua própria imagem, sendo, portanto, efeito de imagens, ou seja, possuindo uma função imaginária. Por isso, Lacan insiste que ele é baseado em uma imagem de completude e domínio, tendo como função manter o que temos de coerência e domínio. Deste modo, a função do *eu* é aquela do *desconhecimento*; de ignorar a fragmentação e a alienação.

Da superposição entre sua inicial imagem e a do semelhante Lacan extrai a idéia de que se introduz no sujeito uma rivalidade, responsável por sua quota de agressividade. E da alienação no outro Lacan destaca que a formação do *eu* depende do olhar do outro. Esse outro é ao mesmo tempo o garantidor da existência do *eu* e o seu pior rival, apontando a ambivalência típica do eixo imaginário tão bem revelada nos fenômenos da paranóia.

A relação alienante à imagem do outro implica numa relação de alienação do sujeito ao desejo do outro, que será fonte de impulsos agressivos ligados à tentativa de destruição desse outro, de seu desejo, no intuito de sustentação do próprio desejo do sujeito. É essa dialética que mantém, segundo Lacan, a relação imaginária nos liames da agressividade. Somente através da intermediação da função simbólica, vem se apaziguar, através do amor, a destrutividade imanente da relação especular.

Essa forma primordial, designada por Lacan como o *eu ideal* freudiano, é a origem também das identificações secundárias, relacionadas ao *ideal do eu* – ao qual atribui as funções de normalização libidinal, pois é a partir daí que se podem efetuar escolhas objetais. Essa forma ideal (*eu ideal*), que situa a instância do eu do sujeito, possibilitando sua permanência, também será responsável pela sua alienação numa imagem para sempre discordante de sua realidade de sujeito; congelando-o, unindo-o ao duplo autômato através do qual se projeta e se define.

Essa gênese da formação do *eu* deixa sua marca no sujeito, imprimindo à consciência o caráter imaginário. Por isso, Lacan afirma no Seminário 2 que:

O conhecimento humano, e da mesma feita a esfera das relações da consciência, é constituído por uma certa relação a esta estrutura que chamamos de ego, em torno da qual centra-se a relação imaginária. Esta última ensinou-nos que o ego nunca é apenas o sujeito, que ele é essencialmente relação ao outro, que ele toma seu ponto de partida e de apoio no outro. É a partir deste ego que todos os objetos são olhados (Lacan, 1954-55, p. 224)

São tais considerações que permitem a Lacan concluir que todo conhecimento é paranóico, dada a sua dependência do eu, que o caracteriza como imaginário e auto-referente. Para ilustrar a dimensão especular da paranóia, apresentaremos o caso Aimée.

2.4 Lacan e o caso Aimée

O caso de Marguerite Pantaine, que ficou conhecida no campo psicanalítico a partir de Lacan como Aimée, foi escrito por ocasião de seu encontro com o mesmo no hospital Sainte-Anne. A internação da paciente fora motivada pelo ataque à atriz

Huguette ex-Duflos, por quem alegava sentir-se perseguida. Seu atendimento com Lacan ocorreu por aproximadamente um ano e meio, quase cotidianamente (Lacan, 1932, p. 150).

Lacan inicia a descrição do caso a partir da reprodução do ato de Aimée. Examinemos como ocorreu:

No dia 10 de abril de 193.., às oito horas da noite, a Sra. Z., uma das atrizes mais apreciadas pelo público parisiense, chegava ao teatro onde se apresentaria. Foi abordada, na porta de entrada dos artistas, por uma desconhecida que lhe fez esta pergunta: “A senhora é que é a Sra. Z.?” A interrogante estava vestida corretamente com um casaco com golas e punhos debruados de pele, usava luvas e levava uma bolsa; nada, no tom da pergunta, suscitou a desconfiança da atriz. Habituada às homenagens de um público ávido de se aproximar de seus ídolos, ela respondeu afirmativamente e, com pressa de terminar, quis passar. A desconhecida então, diz a atriz, mudou de feição, tirou rapidamente de sua bolsa uma faca e, com o olhar injetado de ódio, investiu seu braço contra ela. Para aparar o golpe, a Sra. Z. agarrou a lâmina diretamente com a mão e seccionou assim dois tendões fletores dos dedos. Já os presentes haviam dominado a autora da agressão. (ibid, p. 149).

Mas afinal, quem é essa mulher que avança sobre a atriz de forma tão inesperada e impetuosa? Quando Lacan a conhece ela já está em sua segunda crise psicótica e possui 38 anos. Antes do atentado trabalhava como funcionária na administração da companhia ferroviária, sendo casada com um funcionário da mesma empresa. Ambos tinham um filho, que na ocasião da crise residia com o pai numa cidade do interior.

Observemos, pois, um pouco da história da paciente e alguns momentos importantes que antecederam o encontro com Huguette.

Aos vinte e oito anos os distúrbios de Aimée tiveram início. Nessa ocasião já estava casada há quatro anos e grávida de seu primeiro filho. A partir da gestação passou a sentir que seus colegas falavam ao seu respeito, bem como lhe criticavam. Também acreditava que as pessoas na rua sussurravam e lhe desprezavam, além de reconhecer nos jornais notícias depreciativas ao seu respeito. Começa, então, a se questionar sobre o motivo de tamanha perseguição concluindo, por fim: “Eles querem a morte de meu filho. Se esta criança não viver, eles serão responsáveis” (ibid, p. 156).

Infelizmente, Aimée dá à luz a uma criança morta, do sexo feminino. Ela inicialmente atribui o fato aos seus “inimigos” mas passa num segundo momento, a atribuir a responsabilidade do fato a uma mulher que foi por três anos a sua melhor amiga, já que esta havia ligado pouco depois do parto com o intuito de saber notícias.

Ao engravidar novamente, Aimée volta a apresentar um estado depressivo, ansioso e repleto de interpretações. Esse filho será o pivô em torno do qual o delírio de Aimée vai se construir. Após o seu nascimento busca cuidar do filho visando

protegê-lo de qualquer um que possa apresentar-se como perseguidor. Constrói uma certeza delirante de que seu filho está sofrendo ameaça de vida e de que algo de muito ruim vai acontecer com ele. Por isso, apresenta-se desconfiada, hostil a todos, chegando inclusive a brigar com quem se aproxima demais do carrinho de bebê.

Seu marido recebe a informação de que Aimée havia pedido demissão concomitantemente ao pedido de um passaporte para os Estados Unidos em busca de sucesso como escritora. Para realizar essa empreitada, ela confessa que pensava em abandonar o filho. Por conta dessa situação, sofre uma primeira internação de seis meses de duração, que vem a ser interpretada por ela como um complô de sua família para a manter presa e arrancar-lhe o filho.

Ao receber alta da clínica retoma os cuidados com seu filho, Lacan observa que ela estava um pouco melhor, mas não curada. Ao ser reintegrada ao trabalho solicita sua transferência para Paris, sendo atendida. As visitas regulares ao filho vão se espaçando e Aimée começa a se isolar cada vez mais e pouco a pouco sua ansiedade tende a aumentar.

Alguns anos se passam entre os episódios descritos acima e o ataque a Huguette. Nesse período, Aimée continua com a certeza de que querem mal a seu filho. Surge ainda seu primeiro perseguidor, o escritor Pierre Benoit, que havia inclusive escrito um roteiro de um filme no qual Huguette participara como atriz. Aimée era uma leitora assídua de Benoit e se reconhecia como a heroína de seus romances. No ano de 1926 ela se apresenta a Pierre Benoit, que por sua vez lhe oferece um passeio de carro. Aimée aceita a carona, mas durante o percurso o acusa de falar mal dela escutando dele que era uma mulher misteriosa e impertinente. Para Aimée, o escritor estaria se utilizando de dados de sua vida pessoal, como também estaria plagiando os seus próprios textos. Inicialmente sua relação delirante com Benoit parecia ser de natureza erotomaníaca, pois, em sua opinião deixava claro com a escrita que amava Aimée. Contudo a relação foi adquirindo um sentido de despeito pelo escritor.

Lacan também ressalta que ela chamara a atenção da polícia pelo menos duas vezes, datada de cinco anos depois da internação descrita acima e um ano e meio antes do atentado. Aimée assediava um jornalista comunista com o intuito de publicar artigos com suas queixas contra a escritora Colette e outros inimigos. Esse episódio causa a visita de um inspetor de polícia que a intimida. Nota-se até o momento que Aimée elege uma série de perseguidores além de Huguette. Além dos já citados ela também se queixava da atriz Sarah Bernhardt.

Cinco meses antes do atentado contra Huguette, Aimée agride uma funcionária de uma editora, que havia lhe transmitido a recusa de publicação de seu livro. Pouco

antes desse ato havia registrado na polícia uma queixa contra Benoit. A agressão foi tão violenta que Aimée foi obrigada a pagar uma multa no valor de 375 francos. Contudo, Aimée se livra do processo que lhe é imputado. Lacan assinala que talvez uma internação tivesse tido efeitos mais benéficos. As ameaças contra seu filho aumentam em seu delírio: “Eu temia muito pela vida de meu filho, se não lhe acontecesse mal agora, aconteceria mais tarde e por minha causa eu seria uma mãe criminosa” (p. 160).

Os elementos que confirmavam a certeza de que algo de muito ruim aconteceria ao seu filho “confirmam-se” ao ler no jornal que iriam matar seu filho, pois era uma “mãe caluniadora e vil” e a morte seria uma forma de se vingarem dela. (idem)

Tudo parece assinalar uma natureza crescente em seu delírio e conseqüentemente no aumento da agressividade. Aimée, por exemplo, pede ao seu senhorio, oito meses antes do atentado, um revólver emprestado. Como recebe uma resposta negativa, solicita, então uma bengala para amedrontar aqueles que zombam dela.

Com um sofrimento cada vez maior, Aimée adquire uma grande faca de caça um mês antes do atentado. Ocasão em que Huguette já fazia parte de seu conteúdo delirante. De que forma a atriz passou a fazer parte de seu delírio? Vejamos como Lacan descreve sua organização delirante:

A Sra. Z., sua vítima, havia ameaçado a vida de seu filho. A questão que lhe foi colocada uma centena de vezes era de saber como tinha chegado a esta crença. É patente o fato de que a doente não teve, antes de seu ato, nenhuma relação direta ou indireta com a atriz. ‘Um dia, diz ela, como eu trabalhava no escritório, enquanto procurava, como sempre, em mim mesma, de onde podiam vir essas ameaças contra meu filho, escutei meus colegas falarem da Sra. Z. Compreendi então que era ela quem nos queria mal (p. 159).

Vimos que vários perseguidores ocuparam terreno em seu delírio. Por que então, justo Huguette seria a escolhida para sofrer o atentado? Poderíamos nos adiantar um pouco se lembrarmos que Aimée havia realizado algumas tentativas de ataque a seus outros perseguidores.

Há um fato, porém, que pretendemos destacar em primeiro lugar. Embora a essência de seu delírio estivesse desde o início baseada na ameaça ao filho, no período em que residiu em Paris viu pouco a criança, pois também estava ocupada em se lançar como escritora. Entretanto, nos meses que antecederam ao ato, a idéia de que seu filho estivesse ameaçado cresceu. Voltou a desejar sair do país com o filho e

se divorciar, passando a visitar seu filho cotidianamente. O temor de que algo aconteceria à criança tornou-se cada vez mais intenso. Lacan observa que “ela forja para si verdadeiros raciocínios passionais” (p. 169). Seu pensamento em relação a Huguette é descrito pela própria Aimée: “que pensará ela de mim, se eu não me mostro para defender meu filho? Que eu sou uma mãe covarde” (ibid, ibidem).

Essa associação de idéias lhe pareceu absolutamente verdadeira, chegando a ponto de ser determinante para o atentado que Aimée comete contra a atriz. Vejamos a observação de Lacan.

Uma hora depois, compelida por sua obsessão delirante, ela está na porta do teatro e ataca sua vítima. ‘No estado em que me encontrava então, disse muitas vezes a doente, eu teria atacado qualquer um dos meus perseguidores, se eu os pudesse atingir ou me encontrasse com eles por acaso’. Com freqüência, estremecendo até, ela insistirá, diante de nós, na idéia de que teria sido capaz de atentar contra a vida de qualquer um desses inocentes.(ibid, ibidem).

Embora o seu ato estivesse dirigido à atriz, nos parece, com a afirmação de Aimée que havia uma necessidade de mostrar a quem quer que fosse seu perseguidor que poderia se defender.

Além de seu conteúdo delirante ser atravessado por uma série de perseguidores ainda não fizemos menção ao conteúdo erotomaniaco dirigido ao Príncipe de Gales. A ele envia os seus manuscritos e escreve da cadeia para se queixar que ninguém acreditava no que diziam assim como percebia que os escritores e atrizes lhe causavam graves danos (ibid, p. 170). Nos parece que a figura do príncipe contém um pouco a agressividade de Aimée. Encontramos em Jean Allouch um comentário que corrobora essa hipótese: “analisando o delírio de Marguerite, vimos que a erotomania afasta o ato, enquanto, contrariamente, o delírio de reivindicação leva ao ato”.(Allouch, 1997, p. 402).

O que se segue a este primeiro momento é no mínimo curioso. Vinte dias depois da prisão começa a solucionar e a afirmar que Huguette não lhe queria mal e que não deveria ter feito nada contra ela. Nesse momento, todos os delírios se extinguem e Aimée é internada na Sainte-Anne vinte e cinco dias depois.

A hipótese que Lacan irá formular para a paciente é de que se trata de um caso de paranóia de autopunição. O que seria isso? Observemos, pois, a sua explicação:

O que fizemos permaneceria enigmático se um número enorme de fatos objetivos não impusessem, a partir de agora, à ciência médica, a existência e o imenso alcance dos mecanismos psíquicos de *autopunição*. Que esses mecanismos se traduzam em condutas complexas ou em reações elementares, a inconsciência em que o sujeito permanece quanto a sua finalidade dá todo seu valor ao alcance deles, dirigido contra

as tendências vitais essenciais do indivíduo. A análise de suas correlações subjetivas ou objetivas permite demonstrar que esses mecanismos têm uma gênese social, e é isso o que exprime o termo *autopunição* pelo qual são designados ou de *sentimentos de culpa* que representa a sua atitude subjetiva. (Lacan, 1932, p. 251).

Compreendemos com esse comentário e com as explicações que se seguem, que para Aimée seu ato foi necessário, pois assim seu delírio caiu por terra causando um certo alívio. Quais seriam as explicações dadas por Lacan para justificar essa hipótese?

Começemos pelas perseguidoras. Lacan observa que, o fato de inexistir qualquer relação real entre ela e as perseguidoras evidencia uma “significação simbólica” (ibid, p. 253). Ele então explica que as sucessivas perseguidoras representam tiragens de um protótipo inicial, cujo valor é duplo: afetivo e representativo.

Por valor afetivo, Lacan entende a relação de Aimée com sua irmã mais velha e por valor representativo, a imagem da mulher que goza de liberdade e de poder social. Se, por um lado, ela critica os artistas, por outro, o que ela almeja é ser uma escritora famosa e levar uma grande vida. Ao mesmo tempo em que odeia os artistas, poetas e jornalistas, como figuras que causam um grande mal à sociedade, ela também sonha em ter uma carreira de “mulher de letras e de ciências”. Ela avança e busca destruir, no outro, aquilo que ela gostaria de ser (p.255).

Vemos aqui uma similaridade com as inversões gramaticais propostas por Freud para compreender o mecanismo paranóico. Lacan não se furta em fazer uso da teoria freudiana, ao buscar explicar o fenômeno em Aimée.

A paranóia de autopunição, para a paciente, irá revelar duas tentativas de substituir o ato agressivo: uma pelo delírio e outra pelo afastamento de seu filho. Infelizmente, essas tentativas se mostram pouco eficientes, sendo necessário o ataque a Huguette, e sua consequência, a prisão, com o objetivo de cessar sua sede de punição. Mas, em torno de que gira seu temor de punição? Precisaremos, pois, apresentar um pouco da história familiar de Aimée.

Marguerite Pantaine nasce no interior da França, em Chauvignac e é a quinta filha de Jean- Baptiste e Jeanne. Seu nome é o mesmo da avó materna como também o da primogênita que morre em decorrência de um grave acidente (a criança caíra na boca de um forno aceso). Nessa época, sua mãe estava grávida, pois se registrou entre a morte da primeira Marguerite e o nascimento de Aimée (Marguerite) um bebê natimorto, provavelmente prematuro (Allouch, 1997, p.127).

Encontramos nessa experiência trágica de perda uma correspondência com o delírio de Aimée, além de não podermos deixar de ressaltar a triste coincidência de

nomes. Infelizmente, Aimée porta o nome da filha morta e há também uma segunda morte antes de seu nascimento.

Lacan observa que o vínculo entre mãe e filha era “intensíssimo” (Lacan, 1932, p. 218) e salienta uma fala de Aimée que confessa a ele que “éramos duas amigas” (ibid, p. 219). Ouve da paciente constante lamento de que deveria ter ficado junto à mãe.

Sua mãe era considerada na família como uma pessoa tomada pela loucura e seus pares insistiam na “emoção violenta” sentida por ocasião da perda da primeira Marguerite. Essa coincidência marca uma semelhança entre o delírio da mãe e o da filha. A mãe evidencia o seu delírio no momento da primeira maternidade de Aimée (Laurent, 2003). Jeanne Pantaine percebe-se espiada, escutada pelos vizinhos e após o atentado de Aimée passa a atribuir aos vizinhos próximos toda a responsabilidade pelo acontecido.

Nota-se na relação de Aimée com sua mãe uma primeira referência de Lacan ao compartilhamento de um delírio entre pessoas da mesma família. Todavia, devemos, salientar que Lacan enfatiza em sua tese o caráter social do delírio a dois, recusando a hipótese genética de contágio mental.

Sobre as dificuldades encontradas por Aimée em relação a maternidade, encontramos um precioso comentário de Dominique Laurent.

Se a relação entre os sexos não se escreve, aquela que deve se escrever é a relação pai-mãe. Para Aimée, isso se verifica impossível. A ruptura de significação é total, indo até o limite da linguagem ‘o ser para a morte’. Tudo vacila, de fato, quando o significante da paternidade é convocado. A certeza delirante de ameaça de morte sobre o filho é co-relata da única significação identificatória que ela pode atribuir ao filho. Não se trata da equivalência ‘filho-falo’, mas ‘filho-morto’. Lacan privilegiou ao lado da equação freudiana ‘filho-falo’, a equivalência ‘filho-objeto’. (Laurent, 2003, p. 91).

A identificação de Aimée com o filho morto, relação esta que sua própria mãe fizera ao lhe dar o nome da filha morta, nos conduz a pensar sobre o papel da maternidade na vida de Aimée. Essa questão também nos remete ao motivo pelo qual a sua paranóia seria de autopunição.

A hipótese de Lacan é que Aimée realizou seu castigo na prisão ao experimentar a companhia de delinqüentes que lhe causavam repulsa, juntamente com a constatação do abandono e desprezo de sua família em relação a ela. Segundo ele, é somente quando Aimée “realiza” que ela acabou por ferir a si mesma com seu gesto, que ela experimenta o alívio afetivo (lágrimas) e a queda brusca do delírio que caracterizam a satisfação da obsessão passional (Lacan, 1932, p.250).

Em relação ao caso Aimée, o ponto que gostaríamos de salientar nesse momento está na relação especular que esta desenvolve com sua mãe. Quisemos privilegiar sua relação com o outro (perseguidores) e a relação com sua mãe (identificatória) para buscar o que estaria na base do conhecimento que Lacan formula como paranóico.

Ainda durante a exposição do caso Aimée, Lacan retoma os estudos freudianos sobre o período do narcisismo, onde ocorrem fixações libidinais, para mostrar ao seu leitor o quanto Freud contribuiu ao estudo das psicoses.

O que Lacan faz, então, é retomar o estudo das inversões gramaticais e o tema do ponto de fixação narcísica homossexual.

Essas fórmulas destacadas do caso a que se relacionam, parecem tão gerais que é possível vê-las apenas como um jogo espirituoso. Contudo, ao aplicá-las ao nosso caso, vamos constatar não só que elas explicam de maneira luminosa a estrutura do delírio, como também que os modos especiais que elas aí apresentam dão a base teórica de sua relativa benignidade. (Ibid, p.263).

Lacan também utilizará a teoria freudiana para explicar porque considera a psicose de Aimée como autopunitiva. Ele se recorda que tanto a fixação narcísica como a pulsão homossexual, são oriundas de pontos da evolução próximos da libido estando, portanto, em contigüidade com a gênese do supereu.